

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. SMS-015/2026

ENTIDADE: Município de Pirai

UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Saúde

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. PIR-020216/000873/2026.

PREGOEIRA: Mariana Cristina de Souza.

DESIGNAÇÃO DA PREGOEIRA: Portaria SMS/GS nº. 106 de 09 de dezembro de 2025.

MODO DE DISPUTA: Aberto

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 74.717,52 (setenta e quatro mil, setecentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

RECURSO ORÇAMENTÁRIO: 1101101220019207533903900 / 1101103010019206833903900

O MUNICÍPIO DE PIRAI, CNPJ: 29.141.322/0001-32, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, sito na Rua Moacyr Barbosa, nº.73 – Centro – Pirai/RJ, mediante a Agente de Contratação/Pregoeira, designado pela Portaria SMS/GS nº. 106/2025, torna público que, será realizado o **PREGÃO ELETRÔNICO**, com **AMPLA PARTICIPAÇÃO**, critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/ 2021, da Lei Complementar Federal 123/06, e os Decretos Municipais nº. 6.240/ 2024 e nº. 6.621/2024, e demais normas que compõem a legislação aplicável à licitações e contratações públicas, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA 1 – OBJETO E LOCAL DA LICITAÇÃO

1.1 – O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada para fornecimento de link de redundância de internet, e para prestação do serviço de fornecimento de dispositivos Ethernet Remotos em regime de comodato**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1 – No caso de divergência entre as especificações contida neste edital e no Sistema BBMNET, prevalecerá a descrita neste edital.

1.2 – A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada observando rigorosamente o endereço eletrônico, dia e hora indicados no quadro a seguir, e conduzida pela Pregoeira com o auxílio de sua equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe:

LOCAL DE REALIZAÇÃO: www.novobbmnet.com.br

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 11/06/2026 – Horas 08:00:00

ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 11/06/2026 – Horas 09:00:00

INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 11/06/2026 – Horas 09:05:00

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.3 – Este edital e seus anexos estarão disponíveis na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na Plataforma BBMNET (www.novobbmnet.com.br), e no Portal da Transparência do Município de Pirai (<https://transparencia.pirai.rj.gov.br/secretaria-de-saude>).

1.4 – O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Pregão Eletrônico, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

CLÁUSULA 2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 – Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;

2.2 – Disponham de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do sistema www.novobmnet.com.br para sua correta utilização;

2.3 – Atendam às condições exigidas neste Edital e em seus Anexos;

2.4 – Poderão participar, ainda, as empresas que cumpram os requisitos legais para efeito de qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas, e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 49 da mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame.

2.5 – As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e equiparadas que desejarem participar do procedimento licitatório deverão observar a condição prevista no parágrafo 1º, inciso I, e nos parágrafos 2º e 3º do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21.

2.5.1 – A participação e a concessão dos benefícios legais serão limitados às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública e iniciativa privada cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo a licitante apresentar declaração de observância desse limite na licitação, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 4º da Lei Federal 14.133/21 e formato similar da Instrução Normativa SEGES ME 05/2017 – Anexo VII-E.

2.6 – Diante das hipóteses suscitadas no item 2.5, caso a licitante ME/EPP optante do Simples Nacional venha ser adjudicada e adquira o status de desenquadramento, deverá providenciar comunicação junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil-RFB, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação (celebração do Contrato ou instrumento equivalente), apresentando ao Município de Pirai, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do termo contratual, comprovação da efetivação das providências para a exclusão obrigatória prevista nos artigos 30 e 31, incisos II, da Lei Complementar nº 123/2006;

2.7 – Caso a licitante optante pelo SIMPLES NACIONAL não efetue, nesse caso, a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Município de Pirai, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil-RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

2.8 – Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

2.8.1 – As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante o TCE-RJ, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária;

2.8.2 – Apresentarão, de forma conjunta, mas individualizada, documentação de habilitação prevista neste edital;

2.8.3 – As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

2.8.4 – As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

2.9 – O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.

2.10 – DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.10.1 – Não poderão disputar esta licitação direta ou indiretamente:

2.10.1.1 – aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.10.1.2 – Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.10.1.2.1 – O impedimento de que trata o item anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

2.10.1.3 – Agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.10.1.4 – Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.10.1.5 – estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.10.1.6 – Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/76, concorrendo entre si;

2.10.1.7 – Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.10.1.8 – Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum;

CLÁUSULA 3 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:

3.1 – As licitantes encaminharão exclusivamente por meio do sistema eletrônico www.novobmnet.com.br, suas respectivas propostas com a descrição do objeto e os preços ofertados, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

3.2 – A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada, na forma do § 1º do artigo 20 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022;

3.3 – Além de outras informações demandadas pelo sistema eletrônico, deverão consignar que compreendem a descrição do(s) serviço(s) ofertado(s), o(s) preço(s) unitário(s) e total(is) do(s) item(ns) para o(s) qual(ais) pretende oferecer proposta, de acordo com o TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital; que a proposta formulada está compatível com o edital e seus anexos; o prazo de fornecimento do objeto, contado do recebimento da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde; o prazo de validade da proposta comercial;

3.4 – Os licitantes não poderão oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital de licitação;

3.5 – No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.5.1 – Cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

3.5.2 – Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.5.3 – Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.5.4 – Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.5.5 – Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6 – No caso de licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/ 2021.

3.6.1 – no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.7 – A falsidade da declaração de que trata os itens 3.5.1 ao 3.5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta.

3.9 – Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10 – Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

3.11 – Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12 – O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA 4 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.1 – O formulário de proposta de preços, em sua forma impressa, conforme modelo do Anexo III deste Edital, somente será utilizado pelo licitante vencedor com vistas à readequação de sua oferta final, devendo constar:

- a)** O número do item, a quantidade, a unidade, a especificação, o preço unitário e total com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula;
- b)** As condições de execução do serviço e pagamento atenderão ao disposto no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;
- c)** Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, contados da data de realização da sessão pública do pregão;

4.2 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante;

4.3 – Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto;

4.4 – Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

4.5 – Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes da finalização da etapa de lances, importará na desclassificação da proposta.

4.6 – A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos;

4.7 – Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos na estimativa elaborada para esta licitação;

4.8 – Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso, persista o interesse da Administração na esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo;

CLÁUSULA 5 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

5.2 – A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat), vedada outra forma de comunicação;

5.3 – Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão;

5.4 – Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

5.5 – A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

5.6 – A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação;

5.7 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances;

5.8 – Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

5.9 – Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação;

5.10 – Na hipótese de necessidade da suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de Propostas e documentos de Habilitação de que tratam os artigos 41 e 42 da Lei Federal 14.133/2021, o seu reinício somente poderão correr mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24hs (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

5.11 – Será adotado neste pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA “ABERTO”**.

5.11.1 – Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas pelo sistema do recebimento e do valor consignado no registro;

5.11.2 – Os licitantes somente poderão oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando, o intervalo mínimo de diferença de valores de R\$ 0,01 (um centavo), entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.11.3 – Os licitantes somente poderão ofertar lances inferiores ao último por eles ofertado e registrado no sistema;

5.11.4 – Os licitantes poderão, ainda, apresentar lances superiores ao lance melhor classificado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante;

5.11.5 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

5.11.6 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas pelo sistema, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante;

5.11.7 – O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema;

5.11.7.1 – Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o item anterior, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa;

5.12 – No **MODO DE DISPUTA “ABERTO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1 – A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2 – A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3 – Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13 – No caso de ao final da etapa de lances, o primeiro colocado oferecer proposta acima do preço máximo, o pregoeiro deverá negociar junto ao mesmo, e em não havendo concordância do licitante, será declarado desclassificado;

5.14 – Na ocorrência de insucesso na situação prevista no subitem anterior, o pregoeiro deverá dar continuidade na negociação, junto ao demais licitantes, respeitada a ordem de classificação ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.15 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial;

5.16 – Ao final da etapa competitiva, observada a prerrogativa das microempresas e empresas de pequeno porte previstas nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015, serão aplicados, caso necessário, os critérios de desempate previstos no artigo 60 da lei Federal nº 14.133/21;

5.17 – Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o artigo 60 da Lei Federal nº 14.133/21;

5.18 – Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

CLÁUSULA 6 – DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 – Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício do desempate às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas eventualmente participantes, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, o pregoeiro deverá propor negociação direta com o licitante melhor classificado, objetivando obter condições mais vantajosas para a Administração, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital;

6.2 – A negociação será realizada e registrada por meio do sistema www.novobmmnet.com.br, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes, devendo o seu resultado ser formalmente anexado aos autos do processo de licitação;

6.3 – Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP, o pregoeiro verificará os impedimentos previstos no item 2.10;

6.4 – Deverá ser observado, ainda, se o licitante atende às condições de participação no certame, relativamente às exigências previstas no item 05 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

6.4.1 – Certidão Negativa Correccional – Entes Privados (e-PAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM). (<http://cgu.gov.br>);

- 6.5** – A consulta realizar-se-à em nome da sociedade empresária licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- 6.6** – Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- 6.7** – A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- 6.8** – O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.9** – Constatada a existência de sanção, a licitante será considerada desclassificada, por falta de condição de participação;
- 6.10** – Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.11** – Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 6.12** – Será desclassificada a proposta que apresentar as seguintes inadequações:
- 6.12.1** – Contiver vícios insanáveis;
- 6.12.2** – Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.12.3** – Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.12.4** – Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.12.5** – Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.13** – O licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta comercial, com os respectivos valores readequados ao valor total vencedor e observando o limite máximo dos preços unitários estipulados no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital, no prazo a ser indicado, justificadamente, pelo pregoeiro, nunca inferior a 02 (duas) horas e contado da solicitação efetuada no sistema, devidamente assinada pelo seu responsável ou representante legal;
- 6.14** – O prazo de encaminhamento da proposta readequada, ou de documentos complementares reputados de envio necessário, poderá ser prorrogado de ofício pelo Pregoeiro ou por solicitação do licitante, por igual período inicial, mediante justificativa aceita.
- 6.15** – O Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e a compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, inclusive os seus valores unitários, desclassificando ao final as que estiverem em desacordo com os requisitos estabelecidos neste edital;
- 6.16** – Como critério de julgamento das propostas, será adotado o critério definido no preâmbulo deste edital;

6.17 – Na verificação do preço final, deverá realizar a aferição da sua exequibilidade, considerando indícios de inaptidão as propostas inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado para a licitação, na forma do artigo 34 da Instrução Normativa SEGES Nº 73/2022;

6.18 – Na hipótese de que trata o item anterior, a inexecução somente será considerada após diligência efetuada pelo Pregoeiro que resulte comprovação de que:

6.18.1 – o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.18.2 – Inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta;

6.19 – Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação;

6.20 – O licitante classificado em primeiro lugar poderá ser instado pelo pregoeiro a apresentar amostra do produto cotado, para verificação de sua compatibilidade com a especificação discriminada no Termo de Referência, sendo a postagem do produto realizada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados a partir de sua notificação, prorrogável uma vez, por igual período, a critério do Pregoeiro;

6.21 – A amostra poderá ser solicitada de acordo com as condições previstas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital;

6.22 – No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada, sendo assim notificada para ciência do laudo e retirada da amostra respectiva;

6.23 – Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência;

6.24 – Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada;

6.25 – A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, sendo acompanhada, em tempo real, por todos os participantes;

6.26 – Deferido o resultado do julgamento e indicado o licitante classificado em primeiro lugar, o Pregoeiro deverá verificar com os demais licitantes se aceitam cotar o objeto com preços e condições iguais aos do licitante vencedor, para formação do cadastro de reserva, a ser incluído na respectiva Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA 7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 – Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos exigidos para fins de habilitação;

7.2 – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir;

7.3 – Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.3.1 – complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que

necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.3.2 – atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.4 – Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, estes deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, a ser definido, justificadamente, pelo Pregoeiro, contado da convocação efetuada no sistema, podendo ser prorrogado por igual período, nas situações elencadas no § 3º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES 73/2022;

7.5 – A verificação do Pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação;

7.6 – Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme previsto no § 1º do artigo 64 da Lei Federal 14.133/21;

7.7 – Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o item anterior;

7.8 – Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação;

7.9 – A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição;

7.10 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes para atendimento de exigências de habilitação, inicialmente apresentados em tradução livre;

7.11 – Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a contratação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas;

7.12 – Os documentos comprobatórios de habilitação e qualificação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto da licitação, serão exigidos do licitante melhor classificado para fins de habilitação. A relação dos documentos requeridos é a seguinte:

7.12.1 – Habilitação Jurídica

7.12.1.1 – Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

7.12.1.2 – Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.12.1.3 – Sociedade Simples: Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento probatório de seus administradores;

7.12.1.4 – Microempreendedor Individual–MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.12.1.5 – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.12.1.5.1 – No caso de sociedades por ações, será necessária a apresentação conjunta de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

7.12.1.6 – Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agenciada sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.12.1.7 – Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

7.3.2 – Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

7.3.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);

7.3.2.2 – Prova de inscrição no cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto licitado;

7.3.2.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Federal, comprovada mediante fornecimento de Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

7.3.2.4 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, comprovada mediante fornecimento de Certidão Negativa de Débito de ICMS e Certidão Negativa de Dívida Ativa quando a legislação estadual assim dispuser;

7.3.2.5 – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, comprovada mediante fornecimento de Certidão Negativa de Tributos Municipais e Certidão Negativa de Dívida Ativa quando a legislação municipal assim dispuser;

7.3.2.6 – Prova de regularidade de recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado fornecido pela Caixa Econômica Federal.

7.3.2.7 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT emitida pelo TST, disponível no Portal do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao).

7.3.2.8 – Na hipótese de tratar-se de microempreendedor individual, microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação;

7.3.2.8.1 – Os MEI/ME/EPP deverão apresentar os documentos elencados na Regularidade Fiscal e Trabalhista deste Pregão Eletrônico, mesmo que apresentem alguma restrição;

7.3.2.8.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigidas neste Edital, será(ão) assegurado(s) ao(s) microempreendedores individuais, à(s) microempresa(s) e empresa(s) de pequeno porte adjudicatária(s) deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que for(em) declarada(s) a(s) vencedora(s), prorrogável por igual período, a critério da Administração municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.3.2.8.3 – A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à(s) contratação(ões), sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar (em) a(s) contratação(ões), ou revogar a licitação;

7.3.3 – Qualificação Econômica Financeira

7.3.3.1 – Apresentação de certidões negativas de feitos sobre falência expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

a) As certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial;

b) Ficam dispensadas da apresentação da certidão do item anterior, as empresas sediadas nos Estados onde a certidão de falências é emitida pelo Tribunal de Justiça e engloba a distribuição em todas as comarcas do Estado;

7.3.3.2 – As empresas que estiverem em recuperação judicial ou extrajudicial deverão apresentar o plano de recuperação devidamente homologado pelo juízo competente.

7.3.4 – Qualificação Técnica

7.3.4.1 – Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnica ou Certidão, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, obrigatoriamente em nome da licitante, comprovando sua experiência e expertise na execução da solução objeto da contratação, bem como a prestação de serviços semelhantes a outros órgãos ou instituições, em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto licitado.

7.3.4.3 – Para o Lote II:

a) O fabricante da solução deverá fornecer, obrigatoriamente, uma carta oficial de parceria emitida diretamente pelo fabricante, atestando a validade e a categoria da parceria, não sendo aceitos prints de informações provenientes de sites ou outras fontes não oficiais. A carta de parceria deverá ser datada, assinada por representante autorizado do fabricante.

b) Possuir em seu quadro de funcionários pelo menos 01(um) profissional nível igual ou similar a Engenheiro (Enginner) e 01 (um) profissional nível igual ou similar a Profissional (professional) solução para mitigação de riscos, bem como o devido gerenciamento e manuseio da solução.

c) Possuir no mínimo 01 (um) especialista, com experiência comprovada de, no mínimo 2 (dois) anos, por meio de certificações e currículo, que integre a equipe de trabalho, para assegurar o pleno funcionamento e a eficiência operacional do projeto, contribuindo para a continuidade dos serviços de tecnologia da informação oferecidos.

d) Deve apresentar a comprovação (declaração ou certificação) emitida pelo fabricante do software ofertado, declarando que a empresa licitante está autorizada a comercializar e gerenciar as subscrições ofertadas para este Certame.

e) Para fins de comprovação de aderência do equipamento ofertado, haverá necessidade por parte do licitante a apresentação de documento (ponto a ponto) que indique a devida descrição de cada item que compõe o termo de referência, juntamente com a proposta, indicando no manual/catálogo do fabricante a aderência do produto aos requisitos das especificações técnicas.

7.4 – É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus documentos e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.4.1 – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

CLÁUSULA 8 – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1 – O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato ou da emissão da respectiva ordem de fornecimento. E o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, conforme o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, quando comprovado o interesse público e a vantagem para a Administração.

- CLÁUSULA 9 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

9.1. O serviço deverá ser ativado e estar plenamente operacional em no máximo 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de serviço.

9.2. Endereço de instalação: A solução será fornecida para ser instalada nos seguintes endereços:

- Unidade de Saúde da Família do Varjão: Rua do Varjão, nº 186, Varjão - Pirai/RJ;
- Unidade de Saúde da Família da Jaqueira: Rua B, nº 415, Jaqueira – Pirai/RJ;
- Unidade de Saúde da Família de Arrozal: Rua Isaura Rosa, nº 58, Arrozal - Pirai/RJ;
- Pronto Socorro Arrozal: Rua Isaura Rosa, nº 59, Arrozal - Pirai/RJ;
- Unidade de Saúde da Família de Rosa Machado: Rua D, nº 49, Rosa Machado - Pirai/RJ;
- Secretaria Municipal de Saúde: Rua Moacyr Barbosa, nº 73, Centro - Pirai/RJ;

Horário para entrega/ ativações/ configurações: das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min;
Telefone para contato: (24) 2411-9302 (Setor de Informática)

9.3. O prazo de garantia dos serviços será de, no mínimo, 12 (doze) meses, correspondente à vigência do contrato.

9.4. Deverá ser realizada reunião inicial de alinhamento de expectativas logo após a assinatura do contrato, onde serão discutidos os serviços de preparação da infraestrutura básica de funcionamento, migração e demais adequações necessárias à entrega da solução.

9.5. O suporte técnico deverá ser prestado pela contratada por telefone, e-mail, acesso remoto ou com a presença de seus técnicos on-site nas instalações da contratante, conforme a necessidade de cada demanda registrada.

9.6. Ainda poderão ser executadas as seguintes tarefas em relação a prestação de suporte: Orientação de procedimentos operacionais para o funcionamento e uso adequado da solução fornecida pela contratada como: Resolução de dúvidas sobre o produto, Discussão de melhorias na configuração, Resolução de pequenos problemas e ajustes na solução.

9.7. É responsabilidade da Contratada monitorar a solução 24x7x365 (vinte e quatro horas, sete dias por semana, 365 dias por ano) para garantia da disponibilidade da mesma.

9.8. A solução proposta deverá prever medidas para garantir a proteção dos dados, antecipando ameaças à privacidade, segurança e integridade, prevenindo acesso não autorizado às informações.

9.9. A Contratada deverá prover todo o suporte e gestão da solução ofertada.

9.10. Em casos de paralisações dos serviços deve a Contratada iniciar a correção do problema em até 4 (quatro) horas corridas.

9.11. A Contratada será responsável por operar as tarefas das soluções de acordo com as solicitações realizadas pela equipe de TI da Contratante, devendo adicionar, alterar ou remover tarefas e rotinas das soluções, de acordo com as informações fornecidas pela equipe de TI da Contratante.

- 9.12.** A Contratada será responsável em verificar a execução das rotinas e tarefas das soluções.
- 9.13.** Em casos de falha, a Contratada deverá notificar prontamente a equipe de TI da Contratante, verificar a causa raiz da falha, e sendo possível a correção, corrigir e executar novamente a tarefa.
- 9.14.** Em casos de impossibilidade técnica da resolução do erro, a Contratada deve abrir chamado juntamente com a equipe de TI da Contratante para que o erro possa ser solucionado.
- 9.15.** A Contratada deverá enviar mensalmente relatório estatístico das rotinas das soluções.
- 9.16.** É responsabilidade da Contratada o acompanhamento do uso e o planejamento de capacidade do mesmo, informando mensalmente a Contratante as estatísticas de uso e situação corrente, a previsão de crescimento com base nos dados históricos e possíveis inadequações do ambiente ao crescimento esperado.
- 9.17.** O suporte técnico deverá ser realizado pelos seguintes canais de atendimento:
- ✓ Webmail corporativo;
 - ✓ Sistema online de chamados para abertura de ticket.
 - ✓ Atendimento por número telefônico gratuito (0800), para atendimento dos usuários, visando garantir acesso facilitado e imediato a equipe de suporte técnico;
- 9.18.** Comprovação em sede de proposta, por meio de indicação dos canais de comunicação de que possui funcionamento e atendimento 24x7x365, com funcionamento de capacidade de operação ininterrupta.
- 9.19.** O serviço deve incluir monitoramento proativo da plataforma pela CONTRATADA para identificar e corrigir possíveis falhas antes que impactem os usuários.
- 9.20.** Em até 5 (cinco) dias após a assinatura de contrato, a CONTRATADA iniciará a prestação do serviço, a partir da data de emissão da ordem de serviço pela SECTI.
- 9.21.** Todos os serviços relativos aos acessos a Plataforma de Gestão do Serviço, serão de responsabilidade da Empresa CONTRATADA, sem ônus para a SECTI.
- 9.22.** A configuração para a gestão dois links e disponibilização dos acessos aos usuários, será realizada pela CONTRATADA em conjunto com os Técnicos do Departamento de Projetos, Redes, Segurança e Sistemas da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia.
- 9.23.** Os serviços serão recebidos provisoriamente após a ativação da plataforma e a validação, pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia e Inovação, de que todas as funcionalidades contratadas estão operacionais.
- 5.24. LOTE I – LINK DE REDUNDÂNCIA DE INTERNET**
- a)** Durante o período de garantia contratual deverão estar cobertos, sem ônus adicionais, a prestação pela contratada, dos serviços de suporte e assistência técnica on-site, nas instalações da contratante, atendendo os seguintes requisitos:
- b)** A assistência técnica, suporte e gerenciamento a serem fornecidos junto com a implementação da solução deverá ser prestada, durante 12 meses
- c)** O suporte ao serviço de entrega de link deve compreender o acesso a serviço de helpdesk para abertura/acompanhamento de chamados em língua portuguesa, incluindo o atendimento por telefone, e-mail ou portal de atendimento on-line com tempo máximo de reparo de 4 horas úteis com Suporte Técnico Remoto ou Local dependendo das circunstâncias, com monitoramento 24x7 e SLA mínimo de 99,5% de disponibilidade mensal. Deverá existir disponibilização de relatórios mensais de desempenho.

9.25. LOTE II – DISPOSITIVOS ETHERNET REMOTOS

- a) O acesso à plataforma de gestão dos dispositivos Ethernet Remotos será via navegador web e deverá ser integrada ao Sistema de Firewall Sophos existente na Prefeitura Municipal de Pirai. Deverá ser repassada todas as informações para acesso do produto.
- b) Os equipamentos devem realizar a conexão via VPN de forma nativa e estar totalmente integrada com o firewall Sophos XG/XGS, contando com administração web através do Cloud Sophos Central. Deverá atender os requisitos para o fornecimento destes dispositivos Ethernet Remoto e garantir melhor desempenho de aplicativos e obter melhor visibilidade da integridade da rede para assegurar que as suas localidades remotas atinjam o mesmo desempenho que a administração principal escritório central.
- c) Deverá contemplar alocação de equipamentos, produtos, peças, softwares e tudo mais que se fizer necessário à perfeita consecução das atividades e atendimento às especificações técnicas durante o prazo de vigência, incluindo manutenção e atualização dos equipamentos e softwares utilizados.
- d) Os documentos, manuais e softwares de instalação deverão ser fornecidos, sempre que possível, em língua portuguesa, ou, na sua impossibilidade, em língua inglesa.
- e) O suporte aos componentes do serviço deve compreender o acesso a serviço de helpdesk para abertura/acompanhamento de chamados em língua portuguesa, incluindo o atendimento telefônico e o atendimento via e-mail ou sítio Web.
- f) Os equipamentos devem possuir fonte de alimentação com bivolt automático e cabos de alimentação no padrão brasileiro de tomadas.
- g) Deverá ser provida, por meio de um appliance físico ou virtual, uma solução de gerenciamento centralizado, possibilitando o gerenciamento dos equipamentos necessários aos serviços de Firewall, permitindo controle sobre todos os equipamentos da plataforma de segurança em uma única console, com administração de privilégios, funções e políticas para todos os equipamentos que compõe a plataforma de segurança.
- h) A solução deve ser capaz de atender às seguintes especificações mínimas dos serviços, a serem ofertados em uma única plataforma:
- i) O portal de acompanhamento dos serviços deverá possibilitar que sejam visualizados e impressos relatórios das informações de desempenho a respeito dos serviços prestados, ou seja, a CONTRATADA deverá fornecer acesso a relatórios e dashboards como forma de acompanhamento do contrato, para uso como ferramenta da fiscalização, para verificar se os serviços estão sendo prestados de acordo com o disposto neste Termo.
- j) A CONTRATADA deverá conduzir as atividades utilizando o conhecimento da metodologia utilizada pelo fabricante, aplicando-as de acordo com o ambiente da CONTRATANTE e suas políticas de negócios, de forma a obter o melhor resultado tanto em performance quanto em segurança.
- k) Deverá ser possível gerenciamento através de Cloud Sophos Central e On-premises for Sophos XG/XGS Firewall;
- l) O equipamento deverá possuir:
- Capacidade mínima de taxa de transferência de túnel de 850 Mbps.
 - Deve contar com, no mínimo, 4 portas LAN 10/100/1000 Base-TX (Gigabit Ethernet), no mínimo, 2 portas WAN 10/100/1000 Base-TX, sendo uma das portas WAN compartilhada com uma porta SFP;
 - Deve incluir ao menos 1 porta SFP (fibra óptica) compatível com interface WAN;
 - O equipamento deve oferecer, no mínimo, 2 portas com suporte a Power over Ethernet (PoE), com potência total de, no mínimo, 30 W.

- Possuir, no mínimo, 2 portas USB 3.0 (uma frontal e uma traseira), além de uma porta Micro-USB para acesso via console.
- Deve oferecer compartimento modular com suporte a conectividade opcional via Wi-Fi, com tecnologia 802.11ac (Wi-Fi 5) e ao menos 2 antenas MIMO.
- Deve ser compatível com módulos de conectividade 3G/4G LTE utilizando cartões MC7430/MC7455 Sierra Wireless.
- A fonte de alimentação deve ter entrada de 110–240 VCA, 50–60 Hz, com saída de 12V ± 10%, 6.95A, 75W.
- Deve fornecer suporte a fonte de alimentação redundante;
- O consumo de energia deverá ser de até 11,8 W em modo de espera, até 25,33 W em operação plena sem PoE e até 62,48 W em operação plena com PoE.
- As dimensões mínimas devem ser de 225 mm de largura, 44 mm de altura e 150 mm de profundidade.
- O equipamento deve possuir certificações CE, FCC, IC, RCM, VCCI, CB, UL, CCC, KC e ANATEL.
- O equipamento deverá ser compatível com solução SD-WAN de gerenciamento centralizado do fabricante, permitindo gerenciamento remoto, configuração central e atualizações de firmware automáticas.
- O equipamento deverá permitir, gerenciamento centralizado via interface web ou sistema de gerenciamento em nuvem, atualizações automáticas de firmware, monitoramento de estado e logs de eventos e integração com sistemas de gerenciamento de rede do fabricante.
- O equipamento deve utilizar comunicação criptografada entre os pontos, com suporte a criptografia de no mínimo AES 256 bits para túneis VPN e comunicação com a central.
- Deverá ser acompanhado de licença, suporte e garantia mínima de 01 (um) ano;
- O equipamento deve suportar configuração automática (plug-and-play), sem necessidade de configuração local por técnicos, utilizando a infraestrutura do fabricante para ativação e provisionamento remoto.

m) Caso necessário, poderá ser exigido do fornecedor apoio técnico na instalação e treinamento para a equipe de TI local, presencial ou remoto, sem custos adicionais.

n) Durante o período de garantia contratual deverão estar cobertos, sem ônus adicionais, a prestação pela contratada, dos serviços de suporte e assistência técnica on-site, nas instalações da contratante, atendendo os seguintes requisitos:

- A assistência técnica, suporte e gerenciamento a serem fornecidos junto com a implementação da solução deverá ser prestada, durante 12 meses
- Atendimento inicial no prazo máximo de 04 (quatro) horas corridas, contadas a partir do instante do chamado feito pela contratante à contratada, por telefone, e-mail ou portal de atendimento on-line;
- Conclusão do atendimento, com a resolução do problema que originou o chamado, no máximo de 16 (dezesseis) horas úteis, contadas a partir do instante do chamado feito pela contratante à contratada;

o) A Contratada deverá fornecer suporte técnico 24x7, em língua portuguesa, para sanar dúvidas quanto da solução, sua configuração ou quaisquer outros assuntos relacionados as soluções.

p) Revisar e atuar de forma proativa na console de gestão diariamente com o intuito de evitar possíveis ameaças;

q) Em casos de desastre, restaurações de bancos ou que seja necessária a restauração de um ou mais servidores, a Contratada deve analisar, e se necessário, disponibilizar time técnico presencial nas dependências da Contratante para a realização ou acompanhamento das tarefas.

r) A CONTRATADA deverá apresentar, no início do contrato, toda a documentação e os procedimentos para acionamento do suporte técnico.

s) Será necessário a contratação de um novo link de Internet além do link existente ou não que interliga a Rede Corporativa da Prefeitura. Em outras situações, os dois ou mais links poderão ser de Operadoras de Telecom sem passar por conexão a Rede Corporativa da Prefeitura tornando o processo do link com a Internet de forma transparente a partir da utilização do Equipamento para Ethernet Remoto.

- t) A escolha da solução de conectividade segura remota compatível com o firewall da marca Sophos, já implantado e em operação na sede da Prefeitura Municipal de Pirai, fundamenta-se em critérios técnicos, operacionais e econômicos, observando os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e mitigação de riscos, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.
- u) A Prefeitura Municipal possui infraestrutura de segurança da informação previamente instalada, licenciada, configurada e em pleno funcionamento, composta por firewall de borda do fabricante Sophos, responsável pela proteção, controle e monitoramento do tráfego de dados da rede corporativa.
- v) A adoção de solução compatível com o ambiente tecnológico existente permite:
- I Reaproveitamento integral dos investimentos já realizados;
 - II Centralização da gestão de segurança, políticas de acesso e monitoramento;
 - III Redução de custos operacionais e de manutenção;
 - IV Diminuição da complexidade técnica e dos riscos operacionais;
 - V Maior agilidade na implantação e expansão da solução.
- x) A substituição do padrão tecnológico atualmente adotado implicaria a necessidade de aquisição de novos equipamentos, licenças adicionais, capacitação técnica da equipe e possível reconfiguração de toda a política de segurança da informação do Município, acarretando aumento significativo de custos e riscos à continuidade dos serviços públicos essenciais, especialmente nas unidades de saúde.
- w) Ressalta-se que a padronização tecnológica adotada não configura direcionamento indevido de marca, mas decorre de decisão administrativa motivada, baseada em critérios técnicos objetivos, alinhada às boas práticas de governança de tecnologia da informação e aos entendimentos dos órgãos de controle, que admitem a padronização quando devidamente justificada e vantajosa para a Administração.
- y) Dessa forma, a solução proposta assegura interoperabilidade, escalabilidade, segurança da informação e eficiência operacional, atendendo plenamente ao interesse público e às necessidades institucionais do Município.

9.26. Pelo não cumprimento do prazo de início de execução, a CONTRATADA estará sujeita a uma multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do empenho e descontada do pagamento.

9.27. Se a entrega do objeto atrasar por mais de 30 (trinta) dias, além do prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela fiscalização da contratante, o contrato poderá ser rescindido e o empenho anulado, sujeitando o fornecedor às sanções previstas neste Termo de Referência.

9.28. No caso de inexecução parcial ou total do contrato, será aplicada multa compensatória conforme os seguintes critérios:

- a) Inexecução parcial: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte do contrato correspondente à parcela do objeto não executado;
- b) Inexecução total: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA 10 – INSTRUMENTO CONTRATUAL

10.1 – Após a homologação e adjudicação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

10.2 – O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato OU aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.2.1 – Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do

Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura eletrônica.

10.2.2 – O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3 – O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.3.1 – referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2 – a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.4 – Para a formalização do contrato e/ou emissão da nota de empenho, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital;

10.5 – O presente edital e seus anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes do contrato ou nota de empenho de despesa, a qual substituirá o instrumento de contrato independente de transcrição;

10.6 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, até 05 (cinco) dias úteis após sua convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, e facultando ao MUNICÍPIO DE PIRAI convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação ou revogar a licitação;

10.7 – Na hipótese de o vencedor da licitação não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda e proporcione a viabilização da contratação, nas condições propostas pelo licitante vencedor;

10.8 – Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

10.8.1 – convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

10.8.2 – adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição;

10.9 – As sanções administrativas mencionadas neste edital, não serão aplicáveis aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do subitem anterior;

10.10 – O contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA 11 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

11.2 – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) indicado pelo órgão solicitante e designado(s) em portaria;

11.3 – O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessária para regularização da falta ou defeitos observados.

11.4 – As comunicações entre Contratante e Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

11.5 – O fiscal do contrato informará, em tempo hábil, ao superior do seu departamento ou setor, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse a sua competência;

11.6 – O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

11.7 – A contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providência que deixem de ser cumpridas de imediato;

11.8 – O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

11.9 – O contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou diminuição quantitativa de seu objeto, até o limite de 25% (cinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

11.10 – As alterações contratuais deverão ser formalizadas por termo aditivo, exceto registros que não caracterizam alteração no contrato, que poderão ser formalizados por simples apostila, de acordo com as situações previstas no art. 136 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA 12 - REVISÃO DOS PREÇOS

12.1 – Durante a vigência do contrato, os valores registrados e contratados serão fixos e irrevogáveis, inexistindo a possibilidade de adoção pelas partes de qualquer espécie de reajuste financeiro, em que a periodicidade de aplicação seja inferior a um período de 12 (doze) meses, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do art. 2º da Lei Federal nº 10.192/01.

12.2 – Será assegurado a CONTRATADA a revisão de preços para reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante prévia comprovação e justificativas submetidas à apreciação à Administração, em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, conforme previsto na alínea d do inciso II do artigo 124 da Lei Federal 14.133/21.

CLÁUSULA 13 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 – O pagamento será realizado, de forma parcelada, mensalmente, de acordo com os serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização, 30 (trinta) dias após o adimplemento do objeto, assim considerada a execução do serviço, acompanhada do respectivo documento de cobrança (nota fiscal/fatura) devidamente atestada pela Fiscalização;

13.2 – Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato;

13.3 – Os prestadores de Serviço e fornecedores de bens, deverão emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção, dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11/01/2012, sob pena de não aceitação.

13.3.1 – A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

13.3.2 – As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à

retenção do imposto de renda sobre o valor total do documento correspondente à natureza do bem ou serviço

13.4 – Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida à contratada, e o pagamento ficará pendente até que providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Pirai.

CLÁUSULA 14 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1 – O licitante/adjudicatário participante do procedimento licitatório estará sujeito, durante o seu transcorrer, à aplicação das seguintes sanções administrativas previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.2 – Estarão passíveis das sanções previstas no item anterior, os licitantes que, com dolo ou culpa, se enquadrarem nas seguintes situações:

14.2.1 – declarado inidôneo ou impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, que se apresente para participar de procedimento licitatório;

14.2.2 – venha frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório;

14.2.3 – afaste ou tente afastar licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

14.2.4 – devasse o sigilo de proposta apresentada em processo licitatório ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo;

14.2.5 – patrocine, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário;

14.2.6 – deixe de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro;

14.2.7 – não mantenha a proposta, dentro prazo de sua validade, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

14.2.7.1 – não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.2.7.2 – recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.2.7.3 – pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.2.7.4 – apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.2.8 – não celebre a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.2.9 – recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.2.10 – apresente declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.2.11 – fraude a licitação;

14.2.12 – comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.2.12.1 – agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.2.12.2 – induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.2.12.3 – apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.2.12.4 – venha impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

14.2.12.5 – crie, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública;

14.2.12.6 – obtenha vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

14.3 – Na aplicação das sanções, conjugadas as diretrizes do §1º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21, será observado o princípio da proporcionalidade, considerando-se especialmente:

14.3.1 – a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 – as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 – os danos para a Administração;

14.3.5 – a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;

14.3.6 – a consumação ou não da infração;

14.3.7 – o grau de lesão ou perigo de lesão;

14.3.8 – o efeito negativo produzido pela infração;

14.3.9 – a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações;

14.3.10 – a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica;

14.4 – A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.2.1 e 14.2.6 a 14.2.8, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

14.5 – Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.2.2 a 14.2.5 e 14.2.10 a 14.2.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.2.1 e 14.2.6 a 14.2.8, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021;

14.6 – A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

14.7 – Para as infrações previstas nos itens 14.2.1 e 14.2.6 a 14.2.8, a multa será de 0,5% a 15% sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

14.8 – Para as infrações previstas nos itens 14.2.2 a 14.2.5 e 14.2.9 a 14.2.13, a multa será de 15% a 30% sobre o valor estimado da licitação ou do valor proposto ou do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

14.9 – A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de Advertência, Impedimento de Licitar e Contratar, e com a Declaração de Inidoneidade de Licitar ou Contratar;

14.9.1 – Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

14.10 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022;

14.11 – Decorridos 20 (vinte) dias da convocação para assinatura da ata de registro de preços (ou retirada/aceite de empenho ou instrumento equivalente), sem a manifestação do adjudicatário, ficará configurada a referida recusa;

14.12 – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se os procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/21;

14.13 – A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

14.14 – Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

14.15 – Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento;

14.16 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

14.17 – A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a Município de Pirai;

14.18 – As sanções administrativas aplicáveis por atos praticados no decorrer da execução contratual estão previstas no Termo de Referência e/ou na Minuta do Contrato, que constituem anexos deste Edital de Licitação;

CLÁUSULA 15 – DOS RECURSOS

15.1 – A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 – No que concerne as decisões proferidas nesta licitação, qualquer licitante poderá, no prazo mínimo de 30 (trinta) minutos, a ser concedido pelo Pregoeiro, após o respectivo término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor no caso de inexistência de manifestação.

15.3 – O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.4 – As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação via sistema;

15.5 – Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado a partir do dia útil seguinte ao final do prazo de apresentação das razões recursais;

15.6 – Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Pregoeiro que proferiu a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, o encaminhará, relatando suas razões de forma fundamentada e motivada, a AUTORIDADE SUPERIOR, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

15.7 – O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

15.8 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, AUTORIDADE SUPERIOR adjudicará o objeto e homologará a licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances;

15.9 – Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

15.10 – O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento

CLÁUSULA 16 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1 – Qualquer pedido de esclarecimento ou de impugnação deverá ser enviado eletronicamente a pregoeira, via Sistema BBMNET, ou no endereço compras.saudepirai@yahoo.com.br, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada no edital para abertura da sessão pública, observado o horário limite de expediente diurno de 17 hrs;

16.2 – A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado;

16.3 – A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação;

16.4 – Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observado o prazo de ancoragem específico, conforme artigo 55 da Lei Federal 14.133/2021;

16.5 – As respostas aos pedidos de esclarecimento e de impugnação serão divulgadas, concomitantemente nos endereços eletrônicos conforme item 1.3 do edital, para conhecimento geral e dos interessados em participar da licitação, e vincularão os participantes e a Administração quanto ao seu conteúdo;

16.6 – Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes

CLÁUSULA 17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.2 – Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF;

17.3 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.4 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.5 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.6 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.7 – O Edital e seus anexos estarão disponíveis na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na Plataforma BBMNET (www.novobbmnet.com.br), e no Portal da Transparência do Município de Pirai (<https://transparencia.pirai.rj.gov.br/secretaria-de-saude>).

17.8 – Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.9 – Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio.

17.10 – Para dirimir quaisquer dúvidas deste instrumento, que não possam ser solucionados administrativamente, fica eleito o Foro da cidade de Pirai/RJ, excluído qualquer outro.

17.11 – Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Descrição do Objeto

ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial

ANEXO IV – Minuta do Contrato

17.12 – A participação na licitação implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital e seus anexos.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de link de redundância de internet de 500 MB semidedicado, com IP fixo, entregue por meio de fibra óptica e ONT/ONU, e para prestação do serviço de fornecimento de dispositivos Ethernet Remotos em regime de comodato, visando sustentar o restabelecimento da conectividade, com segurança e em conformidade com a padronização já estabelecida, das principais Unidades de Saúde do Município de Pirai/RJ, destinadas ao atendimento ao cidadão, assegurando a interligação com os dispositivos já instalados e a adequada operação dos serviços, conforme a disponibilidade de links de internet e as especificações e quantidades detalhadas neste Termo de Referência.

1.2. NATUREZA: Conforme disposto no art. 6º, XIII, da Lei n. 14.133/2021, o serviço objeto do presente Termo de Referência classifica-se como serviço comum por apresentarem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE:

LOTE I – LINK DE REDUNDÂNCIA DE INTERNET					
ITEM	UND.	QTD.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	UND	06	Serviço de Instalação de Link de Internet Redundante	746,66	4.479,96
2	MÊS	12	Fornecimento de 06 links de Internet por empresa especializada no serviço de fornecimento de link de redundância de internet de 500 MB semidedicado com IP fixo, entregue por meio de fibra óptica e ONT/ONU	2.133,13	25.597,56
VALOR TOTAL				R\$ 30.077,52	

LOTE II – DISPOSITIVOS ETHERNET REMOTOS					
ITEM	UND.	QTD.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Mês	12	Fornecimento de 06 dispositivos Ethernet Remotos, em regime de comodato, incluindo instalação, configuração e repasse de conhecimento.	3.720,00	44.640,00
VALOR TOTAL				R\$ 44.640,00	

1.4. VIGÊNCIA CONTRATUAL:

O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato ou da emissão da respectiva ordem de fornecimento. E o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, conforme o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, quando comprovado o interesse público e a vantagem para a Administração.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

➤ **LOTE I – LINK DE REDUNDÂNCIA DE INTERNET**

A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades de Acesso à Internet e acesso a Sistemas nas Unidades de Saúde, DE FORMA REDUNDANTE. O link de Internet passa a ser transparente e SENDO ENTREGUE POR MAIS DE UMA OPERADORA, proporcionando Failover como processo automático de transição para um sistema ou componente redundante (link de backup) quando o principal falha, garantindo a continuidade dos serviços sem interrupções. Essa funcionalidade é crucial para manter a alta

disponibilidade de sistemas como servidores de banco de dados, redes e firewalls. O Failback fará com que o processo de retorne ao sistema original após o reparo. Com esta implantação minimiza-se o risco de parada na rede corporativa e garante o acesso de forma segura a Rede Corporativa passando pelo Firewall existente na Prefeitura e também atende as demandas de conformidade com a Lei do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

A Prefeitura Municipal de Pirai, já possui em operação um firewall de borda da marca Sophos, o qual está devidamente licenciado, configurado e em uso na matriz (sede). O dispositivo de extensão de rede segura, compatível com o firewall Sophos já em operação, especificamente para expandir a rede segura da matriz para unidades remotas, sem necessidade de configuração local ou pessoal técnico especializado nessas localidades.

Com o uso do Equipamento de Conectividade Segura Remota é possível estender todas as políticas de segurança da sede para os pontos remotos, como unidades de saúde, garantindo que todos os acessos à rede estejam protegidos por firewall, filtragem de conteúdo, VPN segura, prevenção contra intrusões (IPS), antivírus, entre outras medidas.

Toda a gestão do Dispositivo de Extensão de Rede Segura deverá ser centralizada no firewall existente, o que elimina a necessidade de administrar múltiplos dispositivos em diferentes localidades, reduzindo custos operacionais e aumentando a segurança da informação.

O Dispositivo de Comunicação Segura com a Sede elimina a necessidade de contratação de links dedicados (MPLS, por exemplo), pois funciona com conexões de internet convencionais (banda larga), estabelecendo automaticamente uma conexão segura com a sede por meio de túneis VPN criptografados. Isso reduz significativamente os custos com infraestrutura de rede entre as unidades.

As unidades de saúde, do município dependem de sistemas informatizados para funcionamento adequado — como prontuários eletrônicos, acesso a sistemas do governo, entre outros. E o referido equipamento garante acesso seguro, confiável e de alta disponibilidade a esses serviços, minimizando riscos de falhas de segurança que possam comprometer dados sensíveis ou o funcionamento das atividades essenciais.

A adoção de Equipamento de Conectividade Segura Remota permite uma padronização da conectividade segura em todas as unidades, com possibilidade de expansão futura conforme necessidade. Essa abordagem padronizada facilita a manutenção, auditoria e conformidade com normas de segurança da informação, como a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Diante do exposto, a contratação de UM LINK REDUNDANTE por meio de processo licitatório se justifica plenamente, tanto do ponto de vista técnico quanto estratégico, garantindo acesso à Internet, segurança da informação, continuidade dos serviços públicos essenciais, otimização de recursos e alinhamento com a infraestrutura já implantada. Trata-se de uma medida necessária para garantir uma infraestrutura segura, escalável e eficiente para unidades descentralizadas da administração pública.

A necessidade decorre da dependência crescente dos serviços de saúde municipais de sistemas informatizados e conectividade contínua, utilizados para:

- ✓ Registro eletrônico de pacientes (e-SUS, PEC, CNES, etc.);
- ✓ Acesso a sistemas de regulação, telemedicina e laudos online;
- ✓ Comunicação entre unidades e central administrativa;
- ✓ Emissão de relatórios e integração com plataformas estaduais e federais.

Atualmente, as unidades citadas dispõem de apenas um link principal, sem redundância, o que acarreta interrupções frequentes no atendimento quando ocorrem falhas ou instabilidades. A instalação de um link de backup (redundância) garantirá disponibilidade contínua (alta disponibilidade) e mitigará riscos de paralisação nos serviços essenciais à população.

➤ **LOTE II – DISPOSITIVOS ETHERNET REMOTOS**

A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades de Acesso à Internet e Sistemas nas Unidades de Saúde de forma redundante. O link de Internet passa a ser transparente e sendo entregue por mais de uma operadora, proporcionando Failover como processo automático de transição para um sistema ou componente redundante (link de backup) quando o principal falha, garantindo a continuidade dos serviços sem interrupções. Essa funcionalidade é crucial para manter a alta disponibilidade de sistemas como servidores de banco de dados, redes e firewalls. O Failback fará com que o processo de retorne ao sistema original após o reparo. Com esta implantação minimiza-se o risco de parada na rede corporativa e garante o acesso de forma

segura a Rede Corporativa passando pelo Firewall existente na Prefeitura e também atende as demandas de conformidade com a Lei do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018).

A Prefeitura Municipal de Pirai, já possui em operação um firewall de borda da marca Sophos, o qual está devidamente licenciado, configurado e em uso na matriz (sede). O dispositivo de extensão de rede segura, compatível com o firewall Sophos já em operação, especificamente para expandir a rede segura da matriz para unidades remotas, sem necessidade de configuração local ou pessoal técnico especializado nessas localidades.

Com o uso do Equipamento de Conectividade Segura Remota é possível estender todas as políticas de segurança da sede para os pontos remotos, como unidades de saúde e escolas, garantindo que todos os acessos à rede estejam protegidos por firewall, filtragem de conteúdo, VPN segura, prevenção contra intrusões (IPS), antivírus, entre outras medidas.

Toda a gestão do Dispositivo de Extensão de Rede Segura deverá ser centralizada no firewall existente, o que elimina a necessidade de administrar múltiplos dispositivos em diferentes localidades, reduzindo custos operacionais e aumentando a segurança da informação.

O Dispositivo de Comunicação Segura com a Sede elimina a necessidade de contratação de links dedicados (MPLS, por exemplo), pois funciona com conexões de internet convencionais (banda larga), estabelecendo automaticamente uma conexão segura com a sede por meio de túneis VPN criptografados. Isso reduz significativamente os custos com infraestrutura de rede entre as unidades.

As unidades de saúde do município dependem de sistemas informatizados para funcionamento adequado — como prontuários eletrônicos, acesso a sistemas do governo, entre outros. E o referido equipamento garante acesso seguro, confiável e de alta disponibilidade a esses serviços, minimizando riscos de falhas de segurança que possam comprometer dados sensíveis ou o funcionamento das atividades essenciais.

A adoção de Equipamento de Conectividade Segura Remota permite uma padronização da conectividade segura em todas as unidades do município (ou estado), com possibilidade de expansão futura conforme necessidade. Essa abordagem padronizada facilita a manutenção, auditoria e conformidade com normas de segurança da informação, como a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

Diante do exposto, a contratação de prestação de serviços para fornecimento em regime de comodato dos equipamentos por meio de processo licitatório se justifica plenamente, tanto do ponto de vista técnico quanto estratégico, garantindo segurança da informação, continuidade dos serviços públicos essenciais, otimização de recursos e alinhamento com a infraestrutura já implantada. Trata-se de uma medida necessária para garantir uma infraestrutura segura, escalável e eficiente para unidades descentralizadas da administração pública

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

➤ LOTE I – LINK DE REDUNDÂNCIA DE INTERNET

A prestação de serviços objeto do presente estudo inclui atividades típicas relacionadas à implementação e operação da solução de conectividade, contemplando o fornecimento de link de internet semidedicado com velocidade de 500 MB, conectividade por meio de IP fixo público dedicado, permitindo integração direta com sistemas e servidores externos, e entrega via fibra óptica monomodo, com capacidade física mínima de 1 Gbps. Abrange ainda o fornecimento e a configuração de ONT/ONU pelo provedor contratado, garantia de latência média inferior a 30 ms, capacidade simétrica de transmissão (download e upload iguais) e implementação de topologia de redundância, operando automaticamente em regime de failover com o link principal já existente.

O escopo compreende também a instalação inicial do serviço, bem como a alocação de equipamentos, produtos, peças, softwares e todos os recursos necessários à plena execução das atividades e ao atendimento das especificações técnicas durante toda a vigência contratual, incluindo serviços de manutenção e atualização dos equipamentos e softwares utilizados.

Adicionalmente, caso necessário, poderá ser exigido do fornecedor o fornecimento de apoio técnico para a instalação e treinamento da equipe de TI local, de forma presencial ou remota, sem a incidência de custos adicionais.

➤ **LOTE II – DISPOSITIVOS ETHERNET REMOTOS**

Foram analisadas, entre outras, as seguintes alternativas de solução para atendimento da demanda: a contratação de links dedicados do tipo MPLS para interligação das unidades remotas à rede corporativa da Prefeitura; a implantação de VPNs tradicionais, com a utilização de equipamentos de firewall ou roteadores independentes em cada unidade; e a adoção de solução de conectividade segura remota baseada em SD-WAN/SD-RED, por meio de dispositivos Ethernet Remotos integrados ao firewall central existente.

A alternativa de contratação de links dedicados do tipo MPLS mostrou-se economicamente desvantajosa, em razão dos elevados custos recorrentes, da baixa flexibilidade de expansão e da dependência de operadores específicas, além de não aproveitar a infraestrutura de segurança já implantada no Município. Por sua vez, a utilização de VPNs tradicionais com equipamentos independentes em cada unidade demandaria maior complexidade operacional, necessidade de configuração local especializada, aumento dos custos de manutenção e maior risco de inconsistências nas políticas de segurança da informação.

Nesse contexto, a solução baseada em dispositivos de conectividade segura remota (SD-RED/SD-WAN), integrados ao firewall Sophos já existente na sede, apresentou-se como a alternativa mais vantajosa, por permitir o aproveitamento integral da infraestrutura de segurança já implantada, a centralização da gestão, configuração e monitoramento, a redução de custos operacionais e de comunicação, a implantação simplificada com provisionamento automático (plug-and-play), a garantia de alta disponibilidade com failover e failback automáticos, além da conformidade com as normas de segurança da informação, a LGPD e o Marco Civil da Internet.

Ressalta-se que a adoção de solução compatível com o firewall Sophos decorre de padronização tecnológica previamente estabelecida, devidamente licenciada e em operação no ambiente da Prefeitura Municipal de Pirai, o que assegura interoperabilidade, economicidade, continuidade operacional e mitigação de riscos técnicos, não se caracterizando direcionamento indevido, mas sim decisão técnica devidamente fundamentada.

Diante do exposto, conclui-se que a solução de fornecimento de dispositivos Ethernet Remotos, em regime de comodato, integrada ao firewall central existente, é a que melhor atende ao interesse público, por apresentar o melhor equilíbrio entre custo, benefício, segurança, escalabilidade e eficiência operacional.

4. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO:

4.1. A contratação refere-se à prestação de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, devendo ser contratado mediante licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelo critério de julgamento menor preço por lote.

4.2. Para o LOTE I, não poderão participar deste processo empresas que já fazem parte da Entrega de Link de Internet a Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Pirai. Utilizar operadoras diferentes em links redundantes garante verdadeira disponibilidade, reduz riscos de falhas simultâneas e aumenta a confiabilidade dos serviços críticos, atendendo boas práticas de infraestrutura e continuidade operacional. Motivos para a Escolha de Operadora:

a) Independência física da infraestrutura:

- ✓ Cada operadora possui rotas de fibra óptica, equipamentos e pontos de presença (PoPs) diferentes.
- ✓ Se ambos os links forem da mesma operadora, um rompimento de fibra, falha no roteador central ou problema regional pode derrubar os dois ao mesmo tempo.
- ✓ Com operadoras distintas, as rotas e centrais são separadas, reduzindo drasticamente o risco de falha simultânea.

b) Redundância lógica e de backbone:

- ✓ Cada empresa utiliza backbones e sistemas autônomos (AS) diferentes na internet.
- ✓ Isso significa caminhos distintos para chegar aos destinos, melhorando a resiliência da rota de tráfego.
- ✓ Também evita dependência de um único ponto de falha em data centers ou roteadores principais da operadora.

c) Diversidade de equipamentos e tecnologias:

- ✓ Operadoras diferentes geralmente usam modelos de ONT/ONU, roteadores e sistemas de autenticação próprios, o que cria isolamento técnico entre as conexões.
- ✓ Se uma operadora sofrer falha em atualizações, DNS ou autenticação PPPoE, o outro link permanece operacional.

d) Maior confiabilidade percebida pelo usuário:

- ✓ Com redundância efetiva (multioperadora), o sistema pode fazer failover automático — ou seja, transferir o tráfego para o link reserva instantaneamente, sem perda significativa de serviço.
- ✓ Isso é essencial em locais críticos, como unidades de saúde, escolas, órgãos públicos e data centers.

e) Cumprimento de boas práticas de governança de TI: Normas de gestão de riscos e continuidade de serviços (como ITIL e ISO/IEC 27001) recomendam a diversificação de fornecedores justamente para mitigar riscos de indisponibilidade por falhas externas.

4.3. REQUISITOS FISCAIS, SOCIAL E TRABALHISTA:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);
- Prova de regularidade com a Fazenda Federal, comprovada mediante fornecimento de Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- Prova de regularidade de recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, mediante a apresentação de Certificado fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT emitida pelo TST, disponível no Portal do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao).

4.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.4.1. Deverá o licitante apresentar a expertise na solução além de comprovação de fornecimento deste serviço a outros órgãos/instituições compatíveis com o fornecimento solicitado.

4.4.2. Para o Lote II:

- a)** O fabricante da solução deverá fornecer, obrigatoriamente, uma carta oficial de parceria emitida diretamente pelo fabricante, atestando a validade e a categoria da parceria, não sendo aceitos prints de informações provenientes de sites ou outras fontes não oficiais. A carta de parceria deverá ser datada, assinada por representante autorizado do fabricante.
- b)** Possuir em seu quadro de funcionários pelo menos 01(um) profissional nível igual ou similar a Engenheiro (Enginner) e 01 (um) profissional nível igual ou similar a Profissional (professional) solução para mitigação de riscos, bem como o devido gerenciamento e manuseio da solução.
- c)** Possuir no mínimo 01 (um) especialista, com experiência comprovada de, no mínimo 2 (dois) anos, por meio de certificações e currículo, que integre a equipe de trabalho, para assegurar o pleno funcionamento e a eficiência operacional do projeto, contribuindo para a continuidade dos serviços de tecnologia da informação oferecidos.
- d)** Deve apresentar a comprovação (declaração ou certificação) emitida pelo fabricante do software ofertado, declarando que a empresa licitante está autorizada a comercializar e gerenciar as subscrições ofertadas para este Certame.
- e)** Para fins de comprovação de aderência do equipamento ofertado, haverá necessidade por parte do licitante a apresentação de documento (ponto a ponto) que indique a devida descrição de cada item que compõe o termo de referência, juntamente com a proposta, indicando no manual/catálogo do fabricante a aderência do produto aos requisitos das especificações técnicas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. O serviço deverá ser ativado e estar plenamente operacional em no máximo 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de serviço.

5.2. Endereço de instalação: A solução será fornecida para ser instalada nos seguintes endereços:

- Unidade de Saúde da Família do Varjão: Rua do Varjão, n° 186, Varjão - Pirai/RJ;
- Unidade de Saúde da Família da Jaqueira: Rua B, n° 415, Jaqueira – Pirai/RJ;
- Unidade de Saúde da Família de Arrozal: Rua Isaura Rosa, n° 58, Arrozal - Pirai/RJ;
- Pronto Socorro Arrozal: Rua Isaura Rosa, n° 59, Arrozal - Pirai/RJ;
- Unidade de Saúde da Família de Rosa Machado: Rua D, n° 49, Rosa Machado - Pirai/RJ;
- Secretaria Municipal de Saúde: Rua Moacyr Barbosa, n° 73, Centro - Pirai/RJ;

Horário para entrega/ ativações/ configurações: das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min;

Telefone para contato: (24) 2411-9302 (Setor de Informática)

5.3. O prazo de garantia dos serviços será de, no mínimo, 12 (doze) meses, correspondente à vigência do contrato.

5.4. Deverá ser realizada reunião inicial de alinhamento de expectativas logo após a assinatura do contrato, onde serão discutidos os serviços de preparação da infraestrutura básica de funcionamento, migração e demais adequações necessárias à entrega da solução.

5.5. O suporte técnico deverá ser prestado pela contratada por telefone, e-mail, acesso remoto ou com a presença de seus técnicos on-site nas instalações da contratante, conforme a necessidade de cada demanda registrada.

5.6. Ainda poderão ser executadas as seguintes tarefas em relação a prestação de suporte: Orientação de procedimentos operacionais para o funcionamento e uso adequado da solução fornecida pela contratada como: Resolução de dúvidas sobre o produto, Discussão de melhorias na configuração, Resolução de pequenos problemas e ajustes na solução.

5.7. É responsabilidade da Contratada monitorar a solução 24x7x365 (vinte e quatro horas, sete dias por semana, 365 dias por ano) para garantia da disponibilidade da mesma.

5.8. A solução proposta deverá prever medidas para garantir a proteção dos dados, antecipando ameaças à privacidade, segurança e integridade, prevenindo acesso não autorizado às informações.

5.9. A Contratada deverá prover todo o suporte e gestão da solução ofertada.

5.10. Em casos de paralisações dos serviços deve a Contratada iniciar a correção do problema em até 4 (quatro) horas corridas.

5.11. A Contratada será responsável por operar as tarefas das soluções de acordo com as solicitações realizadas pela equipe de TI da Contratante, devendo adicionar, alterar ou remover tarefas e rotinas das soluções, de acordo com as informações fornecidas pela equipe de TI da Contratante.

5.12. A Contratada será responsável em verificar a execução das rotinas e tarefas das soluções.

5.13. Em casos de falha, a Contratada deverá notificar prontamente a equipe de TI da Contratante, verificar a causa raiz da falha, e sendo possível a correção, corrigir e executar novamente a tarefa.

5.14. Em casos de impossibilidade técnica da resolução do erro, a Contratada deve abrir chamado juntamente com a equipe de TI da Contratante para que o erro possa ser solucionado.

5.15. A Contratada deverá enviar mensalmente relatório estatístico das rotinas das soluções.

5.16. É responsabilidade da Contratada o acompanhamento do uso e o planejamento de capacidade do mesmo, informando mensalmente a Contratante as estatísticas de uso e situação corrente, a previsão de crescimento com base nos dados históricos e possíveis inadequações do ambiente ao crescimento esperado.

5.17. O suporte técnico deverá ser realizado pelos seguintes canais de atendimento:

- ✓ Webmail corporativo;
- ✓ Sistema online de chamados para abertura de ticket.
- ✓ Atendimento por número telefônico gratuito (0800), para atendimento dos usuários, visando garantir acesso facilitado e imediato a equipe de suporte técnico;

5.18. Comprovação em sede de proposta, por meio de indicação dos canais de comunicação de que possui funcionamento e atendimento 24x7x365, com funcionamento de capacidade de operação ininterrupta.

5.19. O serviço deve incluir monitoramento proativo da plataforma pela CONTRATADA para identificar e corrigir possíveis falhas antes que impactem os usuários.

5.20. Em até 5 (cinco) dias após a assinatura de contrato, a CONTRATADA iniciará a prestação do serviço, a partir da data de emissão da ordem de serviço pela SECTI.

5.21. Todos os serviços relativos aos acessos a Plataforma de Gestão do Serviço, serão de responsabilidade da Empresa CONTRATADA, sem ônus para a SECTI.

5.22. A configuração para a gestão dois links e disponibilização dos acessos aos usuários, será realizada pela CONTRATADA em conjunto com os Técnicos do Departamento de Projetos, Redes, Segurança e Sistemas da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia.

5.23. Os serviços serão recebidos provisoriamente após a ativação da plataforma e a validação, pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia e Inovação, de que todas as funcionalidades contratadas estão operacionais.

5.24. LOTE I – LINK DE REDUNDÂNCIA DE INTERNET

a) Durante o período de garantia contratual deverão estar cobertos, sem ônus adicionais, a prestação pela contratada, dos serviços de suporte e assistência técnica on-site, nas instalações da contratante, atendendo os seguintes requisitos:

b) A assistência técnica, suporte e gerenciamento a serem fornecidos junto com a implementação da solução deverá ser prestada, durante 12 meses

c) O suporte ao serviço de entrega de link deve compreender o acesso a serviço de helpdesk para abertura/acompanhamento de chamados em língua portuguesa, incluindo o atendimento por telefone, e-mail ou portal de atendimento on-line com tempo máximo de reparo de 4 horas úteis com Suporte Técnico Remoto ou Local dependendo das circunstâncias, com monitoramento 24x7 e SLA mínimo de 99,5% de disponibilidade mensal. Deverá existir disponibilização de relatórios mensais de desempenho.

5.25. LOTE II – DISPOSITIVOS ETHERNET REMOTOS

a) O acesso à plataforma de gestão dos dispositivos Ethernet Remotos será via navegador web e deverá ser integrada ao Sistema de Firewall Sophos existente na Prefeitura Municipal de Pirai. Deverá ser repassada todas as informações para acesso do produto.

b) Os equipamentos devem realizar a conexão via VPN de forma nativa e estar totalmente integrada com o firewall Sophos XG/XGS, contando com administração web através do Cloud Sophos Central. Deverá atender os requisitos para o fornecimento destes dispositivos Ethernet Remoto e garantir melhor desempenho de

aplicativos e obter melhor visibilidade da integridade da rede para assegurar que as suas localidades remotas atinjam o mesmo desempenho que a administração principal escritório central.

c) Deverá contemplar alocação de equipamentos, produtos, peças, softwares e tudo mais que se fizer necessário à perfeita consecução das atividades e atendimento às especificações técnicas durante o prazo de vigência, incluindo manutenção e atualização dos equipamentos e softwares utilizados.

d) Os documentos, manuais e softwares de instalação deverão ser fornecidos, sempre que possível, em língua portuguesa, ou, na sua impossibilidade, em língua inglesa.

e) O suporte aos componentes do serviço deve compreender o acesso a serviço de helpdesk para abertura/acompanhamento de chamados em língua portuguesa, incluindo o atendimento telefônico e o atendimento via e-mail ou sítio Web.

f) Os equipamentos devem possuir fonte de alimentação com bivolt automático e cabos de alimentação no padrão brasileiro de tomadas.

g) Deverá ser provida, por meio de um appliance físico ou virtual, uma solução de gerenciamento centralizado, possibilitando o gerenciamento dos equipamentos necessários aos serviços de Firewall, permitindo controle sobre todos os equipamentos da plataforma de segurança em uma única console, com administração de privilégios, funções e políticas para todos os equipamentos que compõe a plataforma de segurança.

h) A solução deve ser capaz de atender às seguintes especificações mínimas dos serviços, a serem ofertados em uma única plataforma:

i) O portal de acompanhamento dos serviços deverá possibilitar que sejam visualizados e impressos relatórios das informações de desempenho a respeito dos serviços prestados, ou seja, a CONTRATADA deverá fornecer acesso a relatórios e dashboards como forma de acompanhamento do contrato, para uso como ferramenta da fiscalização, para verificar se os serviços estão sendo prestados de acordo com o disposto neste Termo.

j) A CONTRATADA deverá conduzir as atividades utilizando o conhecimento da metodologia utilizada pelo fabricante, aplicando-as de acordo com o ambiente da CONTRATANTE e suas políticas de negócios, de forma a obter o melhor resultado tanto em performance quanto em segurança.

k) Deverá ser possível gerenciamento através de Cloud Sophos Central e On-premises for Sophos XG/XGS Firewall;

l) O equipamento deverá possuir:

- Capacidade mínima de taxa de transferência de túnel de 850 Mbps.
- Deve contar com, no mínimo, 4 portas LAN 10/100/1000 Base-TX (Gigabit Ethernet), no mínimo, 2 portas WAN 10/100/1000 Base-TX, sendo uma das portas WAN compartilhada com uma porta SFP;
- Deve incluir ao menos 1 porta SFP (fibra óptica) compatível com interface WAN;
- O equipamento deve oferecer, no mínimo, 2 portas com suporte a Power over Ethernet (PoE), com potência total de, no mínimo, 30 W.
- Possuir, no mínimo, 2 portas USB 3.0 (uma frontal e uma traseira), além de uma porta Micro-USB para acesso via console.
- Deve oferecer compartimento modular com suporte a conectividade opcional via Wi-Fi, com tecnologia 802.11ac (Wi-Fi 5) e ao menos 2 antenas MIMO.
- Deve ser compatível com módulos de conectividade 3G/4G LTE utilizando cartões MC7430/MC7455 Sierra Wireless.
- A fonte de alimentação deve ter entrada de 110–240 VCA, 50–60 Hz, com saída de 12V ± 10%, 6.95A, 75W.
- Deve fornecer suporte a fonte de alimentação redundante;

- O consumo de energia deverá ser de até 11,8 W em modo de espera, até 25,33 W em operação plena sem PoE e até 62,48 W em operação plena com PoE.
 - As dimensões mínimas devem ser de 225 mm de largura, 44 mm de altura e 150 mm de profundidade.
 - O equipamento deve possuir certificações CE, FCC, IC, RCM, VCCI, CB, UL, CCC, KC e ANATEL.
 - O equipamento deverá ser compatível com solução SD-WAN de gerenciamento centralizado do fabricante, permitindo gerenciamento remoto, configuração central e atualizações de firmware automáticas.
 - O equipamento deverá permitir, gerenciamento centralizado via interface web ou sistema de gerenciamento em nuvem, atualizações automáticas de firmware, monitoramento de estado e logs de eventos e integração com sistemas de gerenciamento de rede do fabricante.
 - O equipamento deve utilizar comunicação criptografada entre os pontos, com suporte a criptografia de no mínimo AES 256 bits para túneis VPN e comunicação com a central.
 - Deverá ser acompanhado de licença, suporte e garantia mínima de 01 (um) ano;
 - O equipamento deve suportar configuração automática (plug-and-play), sem necessidade de configuração local por técnicos, utilizando a infraestrutura do fabricante para ativação e provisionamento remoto.
- m)** Caso necessário, poderá ser exigido do fornecedor apoio técnico na instalação e treinamento para a equipe de TI local, presencial ou remoto, sem custos adicionais.
- n)** Durante o período de garantia contratual deverão estar cobertos, sem ônus adicionais, a prestação pela contratada, dos serviços de suporte e assistência técnica on-site, nas instalações da contratante, atendendo os seguintes requisitos:
- A assistência técnica, suporte e gerenciamento a serem fornecidos junto com a implementação da solução deverá ser prestada, durante 12 meses
 - Atendimento inicial no prazo máximo de 04 (quatro) horas corridas, contadas a partir do instante do chamado feito pela contratante à contratada, por telefone, e-mail ou portal de atendimento on-line;
 - Conclusão do atendimento, com a resolução do problema que originou o chamado, no máximo de 16 (dezesseis) horas úteis, contadas a partir do instante do chamado feito pela contratante à contratada;
- o)** A Contratada deverá fornecer suporte técnico 24x7, em língua portuguesa, para sanar dúvidas quanto da solução, sua configuração ou quaisquer outros assuntos relacionados as soluções.
- p)** Revisar e atuar de forma proativa na console de gestão diariamente com o intuito de evitar possíveis ameaças;
- q)** Em casos de desastre, restaurações de bancos ou que seja necessária a restauração de um ou mais servidores, a Contratada deve analisar, e se necessário, disponibilizar time técnico presencial nas dependências da Contratante para a realização ou acompanhamento das tarefas.
- r)** A CONTRATADA deverá apresentar, no início do contrato, toda a documentação e os procedimentos para acionamento do suporte técnico.
- s)** Será necessário a contratação de um novo link de Internet além do link existente ou não que interliga a Rede Corporativa da Prefeitura. Em outras situações, os dois ou mais links poderão ser de Operadoras de Telecom sem passar por conexão a Rede Corporativa da Prefeitura tornando o processo do link com a Internet de forma transparente a partir da utilização do Equipamento para Ethernet Remoto.
- t)** A escolha da solução de conectividade segura remota compatível com o firewall da marca Sophos, já implantado e em operação na sede da Prefeitura Municipal de Pirai, fundamenta-se em critérios técnicos, operacionais e econômicos, observando os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e mitigação de riscos, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.
- u)** A Prefeitura Municipal possui infraestrutura de segurança da informação previamente instalada, licenciada, configurada e em pleno funcionamento, composta por firewall de borda do fabricante Sophos, responsável pela proteção, controle e monitoramento do tráfego de dados da rede corporativa.

v) A adoção de solução compatível com o ambiente tecnológico existente permite:

- I Reaproveitamento integral dos investimentos já realizados;
- II Centralização da gestão de segurança, políticas de acesso e monitoramento;
- III Redução de custos operacionais e de manutenção;
- IV Diminuição da complexidade técnica e dos riscos operacionais;
- V Maior agilidade na implantação e expansão da solução.

x) A substituição do padrão tecnológico atualmente adotado implicaria a necessidade de aquisição de novos equipamentos, licenças adicionais, capacitação técnica da equipe e possível reconfiguração de toda a política de segurança da informação do Município, acarretando aumento significativo de custos e riscos à continuidade dos serviços públicos essenciais, especialmente nas unidades de saúde.

w) Ressalta-se que a padronização tecnológica adotada não configura direcionamento indevido de marca, mas decorre de decisão administrativa motivada, baseada em critérios técnicos objetivos, alinhada às boas práticas de governança de tecnologia da informação e aos entendimentos dos órgãos de controle, que admitem a padronização quando devidamente justificada e vantajosa para a Administração.

y) Dessa forma, a solução proposta assegura interoperabilidade, escalabilidade, segurança da informação e eficiência operacional, atendendo plenamente ao interesse público e às necessidades institucionais do Município.

5.26. Pelo não cumprimento do prazo de início de execução, a CONTRATADA estará sujeita a uma multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do empenho e descontada do pagamento.

5.27. Se a entrega do objeto atrasar por mais de 30 (trinta) dias, além do prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela fiscalização da contratante, o contrato poderá ser rescindido e o empenho anulado, sujeitando o fornecedor às sanções previstas neste Termo de Referência.

5.28. No caso de inexecução parcial ou total do contrato, será aplicada multa compensatória conforme os seguintes critérios:

- a) Inexecução parcial: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte do contrato correspondente à parcela do objeto não executado;
- b) Inexecução total: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e nos termos da Lei n. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos servidores, **André de Matos Vieira matrícula 6474, Fernando Araújo da Silveira, matrícula, 12721 e Romenique da Silva, matrícula 13084**, especialmente designado(s) em portaria da Secretaria Municipal de Saúde;

6.3. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessária para regularização da falta ou defeitos observados;

6.4. As comunicações entre Contratante e Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

6.5. O fiscal do contrato informará, em tempo hábil, ao superior do seu departamento ou setor, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse a sua competência;

6.6. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;

6.7. A contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que deixem de ser cumpridas de imediato.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será realizado, de forma integral, de acordo com os serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização, 30 (trinta) dias após o adimplemento do objeto, assim considerada a execução do serviço, acompanhada do respectivo documento de cobrança (nota fiscal/fatura) devidamente atestada pela Fiscalização;

7.2. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato;

7.3. Os prestadores de serviço e fornecedores de bens, deverão emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção, dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, sob pena de não aceitação.

7.4. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

7.5. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do imposto de renda sobre o valor total do documento correspondente à natureza do bem ou serviço.

7.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

O fornecedor será selecionado por meio de procedimento específico, com fundamento na Lei Federal nº. 14.133/21.

Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), e Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada dos documentos estabelecidos na Lei n. 14.133/21.

É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ ou CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado da presente contratação é de **R\$ 74.717,52** (setenta e quatro mil, setecentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

11. IMPACTO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A contratada deverá cumprir as orientações descritas no art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 19/01/2010, do Ministério Do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), no que couber, além dos critérios eventualmente inseridos na especificação do objeto.

12. SANÇÕES:

No caso de descumprimento total ou parcial das condições estabelecidas no presente Termo de Referência, a contratada estará sujeita à aplicação das penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal n. 14.133/2021.

Pirai - RJ, na data da assinatura.

Elaborado por:

Ana Carolina G. Rebello
Setor Compras
Matrícula: 13959

ANEXO II

DESCRIÇÃO DOS ITENS

LOTE I – LINK DE REDUNDÂNCIA DE INTERNET					
ITEM	UND.	QTD.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	UND	06	Serviço de Instalação de Link de Internet Redundante	746,66	4.479,96
2	MÊS	12	Fornecimento de 06 links de Internet por empresa especializada no serviço de fornecimento de link de redundância de internet de 500 MB semidedicado com IP fixo, entregue por meio de fibra óptica e ONT/ONU	2.133,13	25.597,56
VALOR TOTAL				R\$ 30.077,52	

LOTE II – DISPOSITIVOS ETHERNET REMOTOS					
ITEM	UND.	QTD.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Mês	12	Fornecimento de 06 dispositivos Ethernet Remotos, em regime de comodato, incluindo instalação, configuração e repasse de conhecimento.	3.720,00	44.640,00
VALOR TOTAL				R\$ 44.640,00	

ANEXO III

MODELO PROPOSTA COMERCIAL

À
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua Moacyr Barbosa nº73, Centro – Pirai/RJ.

Ref.: Pregão Eletrônico nº. ____/2025

A empresa _____, com endereço na _____, CNPJ nº _____, telefone _____, pela presente, propõe a prestar os serviços descritos no quadro abaixo, obedecendo as normas do edital licitatório em referência, assim como seus anexos, conforme condições seguintes:

1. DO OBJETO E PREÇOS:

a) Preços Propostos

Item	Produtos	Und	Qtd	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

b) Nos preços fixados, estão incluídas todas as despesas necessárias à plena execução do serviço, com todos os custos de: mão de obra, materiais e equipamentos, carga e descarga de produtos, frete, impostos, taxas ou quaisquer outros ônus federais, estaduais ou municipais, incluídos, bem como o lucro, considerando-se as condições de fornecimento e pagamento, estabelecidas no edital.

c) Declaramos que o serviço serão executados de acordo com as especificações do Termo de Referência, Anexo I do edital.

2. VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.

Declaramos ainda que temos total conhecimento e concordância com os termos deste Pregão.

Dados Bancários: Agência _____, Conta Corrente _____, Banco _____.

LOCAL E DATA CARIMBO E ASSINATURA
(representante legal da empresa)

OBS.: **A SER APRESENTADA APÓS A DISPUTA E READEQUADA AO ÚLTIMO LANCE.**

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

Termo de Contrato de empresa especializada para fornecimento de link de redundância de internet, e para prestação do serviço de fornecimento de dispositivos Ethernet Remotos em regime de comodato, que fazem entre si o Município de Pirai, através da Secretaria Municipal de Saúde de Pirai e a Empresa abaixo qualificada.

O Município de Pirai, inscrito no CNPJ sob o nº. 29.141.322/0001-32, através da Secretaria Municipal de Saúde, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Sra. Maria da Conceição Souza Rocha, portadora da Carteira de Identidade nº. M-2.570.679 SSP-MG, CPF nº. 946.477.557-20, com domicílio especial a Rua Moacir Barbosa, 73 – Centro – Pirai/RJ, e a Empresa _____ inscrita no CNPJ: _____ com sede _____ doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº. _____ expedida pelo _____, CPF nº. _____, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada pelos Processo Administrativo nº. PIR-020216/000873/2026, e que se regerá pela pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições que se seguem:

- CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

1.1 – Objetiva este contrato serviço a Contratação de empresa especializada para fornecimento de link de redundância de internet, e para prestação do serviço de fornecimento de dispositivos Ethernet Remotos em regime de comodato, conforme especificações discriminadas no Termo de Referência – Anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº _____/2026.

- CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

2.1 – O valor global deste contrato, é de R\$ _____ (_____), conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Und	Qtd	Valor Unitário	Valor Total

2.2 - No preço contratado, estão incluídas todas as despesas necessárias à plena execução do serviço, com todos os custos de: mão-de-obra, materiais e equipamentos, frete, impostos, taxas, ou quaisquer outros ônus federais, estaduais ou municipais, incluídos, bem como o lucro, considerando-se ainda, as condições de fornecimento, pagamento e execução estabelecidas no edital.

- CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1 – O preço previsto na cláusula segunda será fixo e irrevogável, inexistindo a possibilidade de adoção pelas partes de qualquer espécie de reajuste financeiro, em que a periodicidade de aplicação seja inferior a um período de 12 (doze) meses, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do art. 2º da Lei Federal nº 10.192/01.

3.2 – Após decorrido um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.3 – Caso haja atraso na execução do contrato por culpa da contratada o reajuste previsto no parágrafo segundo não deverá ser aplicado.

3.4 – Os valores revisados serão publicados no Informativo Oficial do Município de Pirai.

- CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 – O pagamento será realizado, de forma parcelada, mensalmente, de acordo com os serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização, 30 (trinta) dias após o adimplemento do objeto, assim considerada a execução do serviço, acompanhada do respectivo documento de cobrança (nota fiscal/fatura) devidamente atestada pela Fiscalização;

4.2 – Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato;

4.3 – Os prestadores de Serviço e fornecedores de bens, deverão emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção, dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, sob pena de não aceitação.

4.3.1 – A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

4.3.2 – As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do imposto de renda sobre o valor total do documento correspondente à natureza do bem ou serviço

4.4 – Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida à contratada, e o pagamento ficará pendente até que providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Pirai.

- CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O serviço deverá ser ativado e estar plenamente operacional em no máximo 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da ordem de serviço.

5.2. Endereço de instalação: A solução será fornecida para ser instalada nos seguintes endereços:

- Unidade de Saúde da Família do Varjão: Rua do Varjão, nº 186, Varjão - Pirai/RJ;
- Unidade de Saúde da Família da Jaqueira: Rua B, nº 415, Jaqueira – Pirai/RJ;
- Unidade de Saúde da Família de Arrozal: Rua Isaura Rosa, nº 58, Arrozal - Pirai/RJ;
- Pronto Socorro Arrozal: Rua Isaura Rosa, nº 59, Arrozal - Pirai/RJ;
- Unidade de Saúde da Família de Rosa Machado: Rua D, nº 49, Rosa Machado - Pirai/RJ;
- Secretaria Municipal de Saúde: Rua Moacyr Barbosa, nº 73, Centro - Pirai/RJ;

Horário para entrega/ ativações/ configurações: das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min;

Telefone para contato: (24) 2411-9302 (Setor de Informática)

5.3. O prazo de garantia dos serviços será de, no mínimo, 12 (doze) meses, correspondente à vigência do contrato.

5.4. Deverá ser realizada reunião inicial de alinhamento de expectativas logo após a assinatura do contrato, onde serão discutidos os serviços de preparação da infraestrutura básica de funcionamento, migração e demais adequações necessárias à entrega da solução.

5.5. O suporte técnico deverá ser prestado pela contratada por telefone, e-mail, acesso remoto ou com a presença de seus técnicos on-site nas instalações da contratante, conforme a necessidade de cada demanda registrada.

5.6. Ainda poderão ser executadas as seguintes tarefas em relação a prestação de suporte: Orientação de

procedimentos operacionais para o funcionamento e uso adequado da solução fornecida pela contratada como: Resolução de dúvidas sobre o produto, Discussão de melhorias na configuração, Resolução de pequenos problemas e ajustes na solução.

5.7. É responsabilidade da Contratada monitorar a solução 24x7x365 (vinte e quatro horas, sete dias por semana, 365 dias por ano) para garantia da disponibilidade da mesma.

5.8. A solução proposta deverá prever medidas para garantir a proteção dos dados, antecipando ameaças à privacidade, segurança e integridade, prevenindo acesso não autorizado às informações.

5.9. A Contratada deverá prover todo o suporte e gestão da solução ofertada.

5.10. Em casos de paralisações dos serviços deve a Contratada iniciar a correção do problema em até 4 (quatro) horas corridas.

5.11. A Contratada será responsável por operar as tarefas das soluções de acordo com as solicitações realizadas pela equipe de TI da Contratante, devendo adicionar, alterar ou remover tarefas e rotinas das soluções, de acordo com as informações fornecidas pela equipe de TI da Contratante.

5.12. A Contratada será responsável em verificar a execução das rotinas e tarefas das soluções.

5.13. Em casos de falha, a Contratada deverá notificar prontamente a equipe de TI da Contratante, verificar a causa raiz da falha, e sendo possível a correção, corrigir e executar novamente a tarefa.

5.14. Em casos de impossibilidade técnica da resolução do erro, a Contratada deve abrir chamado juntamente com a equipe de TI da Contratante para que o erro possa ser solucionado.

5.15. A Contratada deverá enviar mensalmente relatório estatístico das rotinas das soluções.

5.16. É responsabilidade da Contratada o acompanhamento do uso e o planejamento de capacidade do mesmo, informando mensalmente a Contratante as estatísticas de uso e situação corrente, a previsão de crescimento com base nos dados históricos e possíveis inadequações do ambiente ao crescimento esperado.

5.17. O suporte técnico deverá ser realizado pelos seguintes canais de atendimento:

- ✓ Webmail corporativo;
- ✓ Sistema online de chamados para abertura de ticket.
- ✓ Atendimento por número telefônico gratuito (0800), para atendimento dos usuários, visando garantir acesso facilitado e imediato a equipe de suporte técnico;

5.18. Comprovação em sede de proposta, por meio de indicação dos canais de comunicação de que possui funcionamento e atendimento 24x7x365, com funcionamento de capacidade de operação ininterrupta.

5.19. O serviço deve incluir monitoramento proativo da plataforma pela CONTRATADA para identificar e corrigir possíveis falhas antes que impactem os usuários.

5.20. Em até 5 (cinco) dias após a assinatura de contrato, a CONTRATADA iniciará a prestação do serviço, a partir da data de emissão da ordem de serviço pela SECTI.

5.21. Todos os serviços relativos aos acessos a Plataforma de Gestão do Serviço, serão de responsabilidade da Empresa CONTRATADA, sem ônus para a SECTI.

5.22. A configuração para a gestão dois links e disponibilização dos acessos aos usuários, será realizada pela CONTRATADA em conjunto com os Técnicos do Departamento de Projetos, Redes, Segurança e Sistemas da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia.

5.23. Os serviços serão recebidos provisoriamente após a ativação da plataforma e a validação, pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia e Inovação, de que todas as funcionalidades contratadas estão operacionais.

5.24. LOTE I – LINK DE REDUNDÂNCIA DE INTERNET

a) Durante o período de garantia contratual deverão estar cobertos, sem ônus adicionais, a prestação pela contratada, dos serviços de suporte e assistência técnica on-site, nas instalações da contratante, atendendo os seguintes requisitos:

b) A assistência técnica, suporte e gerenciamento a serem fornecidos junto com a implementação da solução deverá ser prestada, durante 12 meses

c) O suporte ao serviço de entrega de link deve compreender o acesso a serviço de helpdesk para abertura/acompanhamento de chamados em língua portuguesa, incluindo o atendimento por telefone, e-mail ou portal de atendimento on-line com tempo máximo de reparo de 4 horas úteis com Suporte Técnico Remoto ou Local dependendo das circunstâncias, com monitoramento 24x7 e SLA mínimo de 99,5% de disponibilidade mensal. Deverá existir disponibilização de relatórios mensais de desempenho.

5.25. LOTE II – DISPOSITIVOS ETHERNET REMOTOS

a) O acesso à plataforma de gestão dos dispositivos Ethernet Remotos será via navegador web e deverá ser integrada ao Sistema de Firewall Sophos existente na Prefeitura Municipal de Pirai. Deverá ser repassada todas as informações para acesso do produto.

b) Os equipamentos devem realizar a conexão via VPN de forma nativa e estar totalmente integrada com o firewall Sophos XG/XGS, contando com administração web através do Cloud Sophos Central. Deverá atender os requisitos para o fornecimento destes dispositivos Ethernet Remoto e garantir melhor desempenho de aplicativos e obter melhor visibilidade da integridade da rede para assegurar que as suas localidades remotas atinjam o mesmo desempenho que a administração principal escritório central.

c) Deverá contemplar alocação de equipamentos, produtos, peças, softwares e tudo mais que se fizer necessário à perfeita consecução das atividades e atendimento às especificações técnicas durante o prazo de vigência, incluindo manutenção e atualização dos equipamentos e softwares utilizados.

d) Os documentos, manuais e softwares de instalação deverão ser fornecidos, sempre que possível, em língua portuguesa, ou, na sua impossibilidade, em língua inglesa.

e) O suporte aos componentes do serviço deve compreender o acesso a serviço de helpdesk para abertura/acompanhamento de chamados em língua portuguesa, incluindo o atendimento telefônico e o atendimento via e-mail ou sítio Web.

f) Os equipamentos devem possuir fonte de alimentação com bivolt automático e cabos de alimentação no padrão brasileiro de tomadas.

g) Deverá ser provida, por meio de um appliance físico ou virtual, uma solução de gerenciamento centralizado, possibilitando o gerenciamento dos equipamentos necessários aos serviços de Firewall, permitindo controle sobre todos os equipamentos da plataforma de segurança em uma única console, com administração de privilégios, funções e políticas para todos os equipamentos que compõe a plataforma de segurança.

h) A solução deve ser capaz de atender às seguintes especificações mínimas dos serviços, a serem ofertados em uma única plataforma:

i) O portal de acompanhamento dos serviços deverá possibilitar que sejam visualizados e impressos relatórios das informações de desempenho a respeito dos serviços prestados, ou seja, a CONTRATADA deverá fornecer

acesso a relatórios e dashboards como forma de acompanhamento do contrato, para uso como ferramenta da fiscalização, para verificar se os serviços estão sendo prestados de acordo com o disposto neste Termo.

j) A CONTRATADA deverá conduzir as atividades utilizando o conhecimento da metodologia utilizada pelo fabricante, aplicando-as de acordo com o ambiente da CONTRATANTE e suas políticas de negócios, de forma a obter o melhor resultado tanto em performance quanto em segurança.

k) Deverá ser possível gerenciamento através de Cloud Sophos Central e On-premises for Sophos XG/XGS Firewall;

l) O equipamento deverá possuir:

- Capacidade mínima de taxa de transferência de túnel de 850 Mbps.
- Deve contar com, no mínimo, 4 portas LAN 10/100/1000 Base-TX (Gigabit Ethernet), no mínimo, 2 portas WAN 10/100/1000 Base-TX, sendo uma das portas WAN compartilhada com uma porta SFP;
- Deve incluir ao menos 1 porta SFP (fibra óptica) compatível com interface WAN;
- O equipamento deve oferecer, no mínimo, 2 portas com suporte a Power over Ethernet (PoE), com potência total de, no mínimo, 30 W.
- Possuir, no mínimo, 2 portas USB 3.0 (uma frontal e uma traseira), além de uma porta Micro-USB para acesso via console.
- Deve oferecer compartimento modular com suporte a conectividade opcional via Wi-Fi, com tecnologia 802.11ac (Wi-Fi 5) e ao menos 2 antenas MIMO.
- Deve ser compatível com módulos de conectividade 3G/4G LTE utilizando cartões MC7430/MC7455 Sierra Wireless.
- A fonte de alimentação deve ter entrada de 110–240 VCA, 50–60 Hz, com saída de 12V ± 10%, 6.95A, 75W.
- Deve fornecer suporte a fonte de alimentação redundante;
- O consumo de energia deverá ser de até 11,8 W em modo de espera, até 25,33 W em operação plena sem PoE e até 62,48 W em operação plena com PoE.
- As dimensões mínimas devem ser de 225 mm de largura, 44 mm de altura e 150 mm de profundidade.
- O equipamento deve possuir certificações CE, FCC, IC, RCM, VCCI, CB, UL, CCC, KC e ANATEL.
- O equipamento deverá ser compatível com solução SD-WAN de gerenciamento centralizado do fabricante, permitindo gerenciamento remoto, configuração central e atualizações de firmware automáticas.
- O equipamento deverá permitir, gerenciamento centralizado via interface web ou sistema de gerenciamento em nuvem, atualizações automáticas de firmware, monitoramento de estado e logs de eventos e integração com sistemas de gerenciamento de rede do fabricante.
- O equipamento deve utilizar comunicação criptografada entre os pontos, com suporte a criptografia de no mínimo AES 256 bits para túneis VPN e comunicação com a central.
- Deverá ser acompanhado de licença, suporte e garantia mínima de 01 (um) ano;
- O equipamento deve suportar configuração automática (plug-and-play), sem necessidade de configuração local por técnicos, utilizando a infraestrutura do fabricante para ativação e provisionamento remoto.

m) Caso necessário, poderá ser exigido do fornecedor apoio técnico na instalação e treinamento para a equipe de TI local, presencial ou remoto, sem custos adicionais.

n) Durante o período de garantia contratual deverão estar cobertos, sem ônus adicionais, a prestação pela contratada, dos serviços de suporte e assistência técnica on-site, nas instalações da contratante, atendendo os seguintes requisitos:

- A assistência técnica, suporte e gerenciamento a serem fornecidos junto com a implementação da solução deverá ser prestada, durante 12 meses
- Atendimento inicial no prazo máximo de 04 (quatro) horas corridas, contadas a partir do instante do chamado feito pela contratante à contratada, por telefone, e-mail ou portal de atendimento on-line;

- Conclusão do atendimento, com a resolução do problema que originou o chamado, no máximo de 16 (dezesseis) horas úteis, contadas a partir do instante do chamado feito pela contratante à contratada;
- o) A Contratada deverá fornecer suporte técnico 24x7, em língua portuguesa, para sanar dúvidas quanto da solução, sua configuração ou quaisquer outros assuntos relacionados as soluções.
- p) Revisar e atuar de forma proativa na console de gestão diariamente com o intuito de evitar possíveis ameaças;
- q) Em casos de desastre, restaurações de bancos ou que seja necessária a restauração de um ou mais servidores, a Contratada deve analisar, e se necessário, disponibilizar time técnico presencial nas dependências da Contratante para a realização ou acompanhamento das tarefas.
- r) A CONTRATADA deverá apresentar, no início do contrato, toda a documentação e os procedimentos para acionamento do suporte técnico.
- s) Será necessário a contratação de um novo link de Internet além do link existente ou não que interliga a Rede Corporativa da Prefeitura. Em outras situações, os dois ou mais links poderão ser de Operadoras de Telecom sem passar por conexão a Rede Corporativa da Prefeitura tornando o processo do link com a Internet de forma transparente a partir da utilização do Equipamento para Ethernet Remoto.
- t) A escolha da solução de conectividade segura remota compatível com o firewall da marca Sophos, já implantado e em operação na sede da Prefeitura Municipal de Piraí, fundamenta-se em critérios técnicos, operacionais e econômicos, observando os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e mitigação de riscos, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.
- u) A Prefeitura Municipal possui infraestrutura de segurança da informação previamente instalada, licenciada, configurada e em pleno funcionamento, composta por firewall de borda do fabricante Sophos, responsável pela proteção, controle e monitoramento do tráfego de dados da rede corporativa.
- v) A adoção de solução compatível com o ambiente tecnológico existente permite:
- I Reaproveitamento integral dos investimentos já realizados;
 - II Centralização da gestão de segurança, políticas de acesso e monitoramento;
 - III Redução de custos operacionais e de manutenção;
 - IV Diminuição da complexidade técnica e dos riscos operacionais;
 - V Maior agilidade na implantação e expansão da solução.
- x) A substituição do padrão tecnológico atualmente adotado implicaria a necessidade de aquisição de novos equipamentos, licenças adicionais, capacitação técnica da equipe e possível reconfiguração de toda a política de segurança da informação do Município, acarretando aumento significativo de custos e riscos à continuidade dos serviços públicos essenciais, especialmente nas unidades de saúde.
- w) Ressalta-se que a padronização tecnológica adotada não configura direcionamento indevido de marca, mas decorre de decisão administrativa motivada, baseada em critérios técnicos objetivos, alinhada às boas práticas de governança de tecnologia da informação e aos entendimentos dos órgãos de controle, que admitem a padronização quando devidamente justificada e vantajosa para a Administração.
- y) Dessa forma, a solução proposta assegura interoperabilidade, escalabilidade, segurança da informação e eficiência operacional, atendendo plenamente ao interesse público e às necessidades institucionais do Município.
- 5.26.** Pelo não cumprimento do prazo de início de execução, a CONTRATADA estará sujeita a uma multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do empenho e descontada do pagamento.

5.27. Se a entrega do objeto atrasar por mais de 30 (trinta) dias, além do prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela fiscalização da contratante, o contrato poderá ser rescindido e o empenho anulado, sujeitando o fornecedor às sanções previstas neste Contrato.

5.28. No caso de inexecução parcial ou total do contrato, será aplicada multa compensatória conforme os seguintes critérios:

- a) Inexecução parcial: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte do contrato correspondente à parcela do objeto não executado;
- b) Inexecução total: multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

- CLÁUSULA 6 – VIGÊNCIA CONTRATUAL:

6.1 – O prazo de vigência contratual para execução do objeto será de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do contrato, podendo ter sua duração prorrogada a critério da Administração, tendo em vista tratar-se de serviço de natureza continuada de necessidade pública permanente a ser satisfeita, desde que os preços e condições sejam vantajosos para a Administração, nos termos do disposto no Art. 107, da Lei nº. 14.133/21.

- CLÁUSULA 7 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

7.1 – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos servidores, **André de Matos Vieira matrícula 6474, Fernando Araújo da Silveira, matrícula, 12721 e Romenique da Silva, matrícula 13084**, especialmente designado(s) em portaria da Secretaria Municipal de Saúde.

7.2 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3 – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) especialmente designado(s) em portaria da Secretaria Municipal de Saúde.

7.4 – O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessária para regularização da falta ou defeitos observados.

7.5 – As comunicações entre **CONTRATANTE** e **CONTRATADA** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.6 – O fiscal do contrato informará, em tempo hábil, ao superior do seu departamento ou setor, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse a sua competência.

7.7 – O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverá dirimir as dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

7.8 – A **CONTRATANTE** poderá convocar representante da **CONTRATADA** para adoção de providência que deixem de ser cumpridas de imediato.

7.9 – A **CONTRATADA** será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CONTRATANTE**;

7.10 – A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou diminuição quantitativa de seu objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.11 – As alterações contratuais deverão ser formalizadas por termo aditivo, exceto registros que não caracterizam alteração no contrato, que poderão ser formalizados por simples apostila, de acordo com as situações previstas no art. 136 da Lei Federal nº14.133/2021.

- CLÁUSULA 8 – DAS PENALIDADES

8.1 – Pelo cometimento das infrações previstas nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, X e XII do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** será responsabilizada administrativamente com a aplicação das seguintes sanções:

I) Advertência – Caso dê causa a inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Volta Redonda, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, quando praticar as seguintes infrações e não justificar a imposição de penalidades mais grave:

- a.** Der causa a inexecução parcial do contrato que cause danos grave a Administração, ao fornecimento dos Serviços Públicos e ao interesse coletivo;
- b.** Der causa a inexecução total do contrato;
- c.** Ensejar o retardamento da execução/entrega do objeto do contrato sem motivo determinado.

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 05 (cinco) anos, quando praticar as seguintes infrações:

- a.** Aquelas previstas para sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Pirai, quando se justificar imposição de penalidade mais grave;
- b.** Apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;
- c.** Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

IV) Multa compensatória e moratória que poderá ser aplicada sobre o valor do contrato, cumulativamente com as demais sanções por qualquer das infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, X e XII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

V) A multa compensatória será aplicada no caso de execução parcial ou total do contrato, nos seguintes percentuais e condições:

- a.** No caso de inexecução parcial, será aplicado o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato correspondente a parcela do objeto não executado;
- b.** No caso de inexecução total, será aplicado o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

VI) A Multa de mora será de 0,5% (cinco décimos por cento) pro rata die sobre o valor do contrato, referente ao período de retardamento ou atraso na entrega/execução do objeto deste contrato, sem motivo justificado e aceito pela **CONTRATANTE**.

VII) A inexecução total do contrato estará configurada quando a **CONTRATADA**, deixar de cumprir o prazo referente a entrega/execução do objeto conforme as condições estabelecidas no presente contrato e termo de referência, anexo I do edital.

- CLÁUSULA 9 – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

9.1 – O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no Art. 124, da Lei nº 14.133/21.

9.2 – O contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou diminuição quantitativa de seu objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.3 – Havendo alteração do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a contratante deverá estabelecer, no mesmo termo aditivo o equilíbrio econômico financeiro inicial.

9.4 – Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados

9.5 – As alterações contratuais deverão ser formalizadas por termo aditivo, exceto registros que não caracterizam alteração no contrato, que poderão ser formalizados por simples apostila, de acordo com as situações previstas no art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

- CLÁUSULA 10 – RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 - A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente Contrato nas hipóteses previstas na Lei Federal Nº. 14.133/2021, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes. Quando a rescisão ocorrer, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, conforme previsto na Lei Federal Nº. 14.133/2021.

10.2 - As hipóteses de rescisão contratual deverão ser formalmente motivadas nos autos do processo, assegurado a CONTRATADA direito à prévia e ampla defesa;

- CLÁUSULA 11 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

11.1 - A despesa com a execução do presente Contrato, consignada ao Fundo Municipal de Saúde de Pirai, correrá à conta do elemento e Programa de Trabalho xxxxxxxxxxxx e Nota de empenho nº. xxx de xx/xx/xxxx.

- CLÁUSULA 12 - FORO:

12.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Pirai - RJ, excluído qualquer outro;

E por se acharem, as partes, justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, que a tudo estiveram presentes;

Pirai, _____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

_____ CPF _____

_____ CPF _____